

Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde
Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador
Coordenação Geral de Saúde do Trabalhador

POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR

V Encontro Nacional da RENAST
Brasília, DF
27-29 de setembro de 2011

POLITICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR – PNST

- 1998 - Portaria MS/SPS nº. 16/98 – GT proposição da Política Nacional de Saúde do Trabalhador**
- 2001 - proposta PNST apresentada em audiência pública na Câmara dos Deputados**
- 2004 - COSAT retoma internamente documento da PNST de 2001 e elabora nova proposta**
- 2008 - retomada por meio de GT com representações dos Coordenadores Estaduais de ST**
- 2009 - reuniões do GT e oficinas de trabalho com a participação de outros atores**

POLITICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR – PNST

□ 2010

- 1ª versão finalizada pelo GT em maio
- apresentações:
 - CIST/CNS (maio)
 - 4º Encontro Nacional da Renast (30 junho-1º julho)
 - Conselho Nacional de Saúde (julho)
 - III Encontro das CIST (dezembro)

POLITICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR – PNST

❑ 2011

- continuidade do processo:

- discussão no Colegiado da SVS
- apresentação no GTVS em junho
- consulta pública (21 julho – 21 agosto)
- apresentação no 5º Encontro Nacional da Renast (27-29 setembro)
- apresentação na CIST/CNS (3 outubro)
- apresentação no GTVS (6 outubro)
- pactuação na CIT em novembro
- aprovação no CNS em novembro
- dezembro: Conjur e publicação por Portaria GM/MS

PRIORIDADES E AÇÕES ESTRATÉGICAS DA SVS Agenda 2011-2015

PRIORIDADES	AÇÕES ESTRATÉGICAS	METAS
Implantação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador.	Intensificar as ações de vigilância na área de saúde do trabalhador.	Aprovar a proposta da Política Nacional de Saúde do Trabalhador em 2011. <i>Linha de Base 2010: 0</i>
		Ampliar o número de Cerest desenvolvendo ações de vigilância em saúde do trabalhador para 100% até 2015, sendo 30% para 2011. <i>Linha de Base 2010: 12% Cerest desenvolvendo ações de vigilância em saúde do trabalhador.</i>

POLITICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR – PNST

□ ESTRUTURA

- PRINCÍPIOS NORTEADORES
- PROPÓSITO
- DIRETRIZES
- ESTRATÉGIAS
- RESPONSABILIDADES DAS ESFERAS DE GESTÃO
- PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA
- ANEXO
 - I - Elenco de orientações para o planejamento estratégico nas três esferas de gestão do SUS

(Introdução, Glossário, Bibliografia e Bases Legais → publicação posterior)

POLITICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR – PNST

❑ PRINCÍPIOS NORTEADORES

- Universalidade
- Integralidade
- Participação da comunidade, dos trabalhadores e do Controle Social
- Hierarquização e descentralização
- Equidade
- Responsabilidade Sanitária
- Precaução

POLITICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR – PNST

❑ PROPÓSITO

A Política Nacional de Saúde do Trabalhador tem por propósito definir os princípios, as diretrizes e as estratégias a serem observados nas três esferas de gestão do SUS – federal, estadual e municipal, para o desenvolvimento das ações de atenção integral à Saúde do Trabalhador, com ênfase na vigilância, visando a promoção e a proteção da saúde dos trabalhadores e a redução da morbimortalidade decorrente dos modelos de desenvolvimento e dos processos produtivos.

POLITICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR – PNST

❑ DIRETRIZES

- Diretriz 1 - Fortalecimento da Vigilância em Saúde do Trabalhador e integração com demais componentes da Vigilância em Saúde
- Diretriz 2 - Promoção da saúde e de ambientes e processos de trabalho saudáveis
- Diretriz 3 - Garantia da integralidade na atenção à Saúde do Trabalhador

POLITICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR – PNST

❑ ESTRATÉGIAS

1. Integração da Vigilância em Saúde do Trabalhador com os demais componentes da Vigilância em Saúde e com a Atenção Primária em Saúde
2. Análise do perfil produtivo e da situação de saúde dos trabalhadores
3. Estruturação da RENAST no contexto da Rede de Atenção à Saúde
 - 3.1 Ações de ST junto à APS
 - 3.2 Ações de ST junto à Urgência e Emergência
 - 3.3 Ações de ST junto à Atenção Especializada (Ambulatorial e Hospitalar)
 - 3.4 Papel dos CEREST na RENAST
4. Fortalecimento e ampliação da articulação intersetorial
5. Estímulo à participação da comunidade, dos trabalhadores e do Controle Social
6. Desenvolvimento e capacitação de recursos humanos
7. Apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas
8. Garantia do financiamento das ações de ST

POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR – PNST

❑ PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA

- Cabe aos gestores de saúde, das três esferas de governo, o empenho permanente e contínuo no planejamento, monitoramento e avaliação da implementação da PNST.
- A expressão concreta desse empenho deve estar contida nos instrumentos de gestão definidos pelo Sistema de Planejamento do SUS (PlanejaSUS).
- Inserção de ações de ST, considerando objetivos, diretrizes, metas e indicadores, no Plano de Saúde, na Programação Anual de Saúde e no Relatório Anual de Gestão, em cada esfera de gestão do SUS, assim como na PPI, na Programação das Ações de Vigilância em Saúde e em outros instrumentos de gestão, pactuados nas instâncias gestoras – Colegiado de Gestão Regional (CGR), CIB e CIT, e aprovados pelos respectivos conselhos de saúde.
- Definição de interlocutor para o tema ST nas três esferas de gestão do SUS.

POLITICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR – PNST

❑ ANEXO I - Elenco de orientações para o planejamento estratégico nas três esferas de gestão do SUS (1)

- Estratégia 1: Integração da VISAT c/ os demais componentes da VS e c/ a APS
- Planejamento conjunto entre as vigilâncias, com eleição de prioridades comuns para atuação integrada, com base na análise da situação de saúde dos trabalhadores e da população em geral, e no mapeamento das atividades produtivas e com potencial impacto ambiental no território.
- Proposição e produção de indicadores conjuntos para monitoramento e avaliação da situação de saúde.
- Produção conjunta de metodologias de ação, de investigação, de tecnologias de intervenção, de avaliação e de monitoramento das ações de vigilância nos ambientes e situações epidemiológicas.
- Atualização e ou revisão dos códigos de saúde, com inserção de disposições sobre a vigilância em saúde do trabalhador e atribuição da competência de autoridade sanitária às equipes de vigilância em saúde do trabalhador, nos estados e municípios.

POLITICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR – PNST

❑ ANEXO I - Elenco de orientações para o planejamento estratégico nas três esferas de gestão do SUS (2)

- Estratégia 2: Análise do perfil produtivo e da situação de saúde dos trabalhadores
- Identificação das atividades produtivas e do perfil da população trabalhadora no território em conjunto com a APS e os setores da VS.
- Definição do elenco de agravos relacionados ao trabalho de notificação compulsória e de investigação obrigatória e inclusão no elenco de prioridades, nas três esferas de gestão do SUS.
- Implementação da rede de informações em saúde do trabalhador.
- Garantia, na identificação do trabalhador, do registro de sua ocupação, ramo de atividade econômica e tipo de vínculo nos seguintes sistemas e fontes de informação em saúde, aproveitando todos os contatos do/a trabalhador/a com o sistema de saúde: SIM; SIH; Sinan; SIA; SIAB; emergências; serviços especializados; registros de câncer.

POLITICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR – PNST

- ❑ **ANEXO I - Elenco de orientações para o planejamento estratégico nas três esferas de gestão do SUS (3)**
- Estratégia 3: Estruturação da RENAST no contexto da Rede de Atenção à Saúde / 3.1 Ações de ST junto à APS
 - Reconhecimento e mapeamento das atividades produtivas no território.
 - Reconhecimento e identificação da população trabalhadora e seu perfil sócio ocupacional no território.
 - Reconhecimento e identificação dos potenciais riscos e impactos (perfil de morbimortalidade) à saúde dos trabalhadores, das comunidades e ao meio ambiente, advindos das atividades produtivas no território.
 - Identificação da rede de apoio social aos trabalhadores no território.
 - Identificação e registro da situação de trabalho, da ocupação e do ramo de atividade econômica dos usuários das unidades e serviços de APS.
 - Suspeita e ou identificação da relação entre o trabalho e o problema de saúde apresentado pelo usuário, para fins de diagnóstico e notificação dos agravos relacionados ao trabalho.

POLITICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR – PNST

- ❑ **ANEXO I - Elenco de orientações para o planejamento estratégico nas três esferas de gestão do SUS (4)**
- Estratégia 3: Estruturação da RENAST no contexto da Rede de Atenção à Saúde / 3.2 Ações de ST junto à Urgência e Emergência
- Identificação e registro da situação de trabalho, da ocupação e do ramo de atividade econômica dos usuários dos pontos de atenção às urgências e emergências, nas redes estaduais e municipais.
- Identificação da relação entre o trabalho e o acidente, violência ou intoxicação exógena sofridos pelo usuário, com decorrente notificação do agravo no Sinan e adequado registro no SIH para os casos que requererem hospitalização.
- Acompanhamento desses casos pelas equipes dos núcleos de vigilância epidemiológica hospitalar, onde houver.
- Encaminhamento para a rede de referência e contra referência, para fins de continuidade do tratamento, acompanhamento e reabilitação, seguindo os fluxos e instrumentos definidos para tal.

POLITICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR – PNST

- ❑ **ANEXO I - Elenco de orientações para o planejamento estratégico nas três esferas de gestão do SUS (5)**
 - Estratégia 3: Estruturação da RENAST no contexto da Rede de Atenção à Saúde / 3.4 Papel dos CEREST na RENAST
 - Apoio matricial à rede para organização da vigilância e da assistência em ST no município sede e área de abrangência da microrregião.
 - Execução de ações de vigilância em saúde do trabalhador, em articulação com as demais vigilâncias, para as situações em que o município não tenha condições técnicas e operacionais de fazê-lo ou para aquelas definidas como de maior complexidade.
 - Participação nos processos de educação permanente, de produção e análise de informações e ações de promoção e comunicação.

POLITICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR – PNST

- ❑ **ANEXO I - Elenco de orientações para o planejamento estratégico nas três esferas de gestão do SUS (6)**
- Estratégia 4: Fortalecimento e ampliação da articulação intersetorial
- Inclusão de requisitos de proteção à saúde do trabalhador na outorga de financiamentos públicos e privados e nos processos de licitação dos órgãos da administração pública direta e indireta.
- Aplicação de indicadores de avaliação de impactos à ST e das comunidades nos processos de licenciamento ambiental, de concessão de incentivos ao desenvolvimento, mecanismos de fomento e incentivos específicos.
- Fiscalização conjunta onde houver trabalho em condições insalubres, perigosas e degradantes, como nas carvoarias, madeireiras, canaviais, construção civil, agricultura em geral, calcareiras, mineração, entre outros, envolvendo MTE, MPS, MMA, SUS e Ministério Público.
- Compartilhamento e publicização das informações produzidas por cada órgão e instituição, inclusive por meio da constituição de observatórios, de modo a viabilizar a adequada análise de situação, estabelecimento de prioridades, tomada de decisão e monitoramento das ações.

POLITICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR – PNST

- ❑ **ANEXO I - Elenco de orientações para o planejamento estratégico nas três esferas de gestão do SUS (7)**
 - Estratégia 5: Estímulo à participação da comunidade, dos trabalhadores e do Controle Social
 - Acolhimento e resposta às demandas dos representantes da comunidade e do controle social.
 - Estímulo à participação de representação dos trabalhadores nas instâncias oficiais de representação social do SUS, a exemplo dos conselhos e comissões intersetoriais, nas três esferas de gestão do SUS.
 - Inclusão dos representantes da comunidade e do controle social nos programas de capacitação e educação permanente em ST, e inclusão de conteúdos de ST nos processos de capacitação permanente voltados para a comunidade e o controle social, incluindo grupos de trabalhadores em situação de vulnerabilidade.
 - Transparência e facilitação do acesso às informações aos representantes da comunidade, dos trabalhadores e do Controle Social.

POLITICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR – PNST

- ❑ **ANEXO I - Elenco de orientações para o planejamento estratégico nas três esferas de gestão do SUS (8)**
- Estratégia 6: Desenvolvimento e capacitação de recursos humanos
- Adoção de estratégias para a progressiva despreciação dos vínculos de trabalho das equipes de saúde, incluindo os técnicos dos CEREST e das vigilâncias, nas três esferas de gestão do SUS, com contratação mediante concurso público.
- Inserção de conteúdos de ST nos diversos processos formativos e estratégias de educação permanente, cursos e capacitações, para profissionais de nível superior e nível médio, com destaque àqueles destinados às equipes de Vigilância em Saúde, à Saúde da Família e aos gestores.
- Investimento na qualificação de todos os técnicos dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador, no mínimo, em nível de especialização.
- Integração com órgãos de fomento de pesquisa, nacionais e internacionais e com instituições responsáveis pelo processo educativo como universidades, centros de pesquisa, organizações sindicais, ONG, entre outras.

POLITICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR – PNST

❑ ANEXO I - Elenco de orientações para o planejamento estratégico nas três esferas de gestão do SUS (9)

- Estratégia 7: Apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas
 - Articulação estreita entre os serviços e instituições de pesquisa e universidades, com envolvimento de toda a rede de serviços do SUS na construção de saberes, normas, protocolos, tecnologias e ferramentas, voltadas à produção de respostas aos problemas e necessidades identificadas pelos serviços, comunidade e controle social.
 - Adoção de critérios epidemiológicos e de relevância social para a identificação e definição das linhas de investigação, estudos e pesquisas, de modo a fornecer respostas e subsídios técnico-científicos para o enfrentamento de problemas prioritários no contexto da ST.
 - Desenvolvimento de projetos de pesquisa-intervenção que possam ser estruturantes para a área de ST no SUS, que articulem as ações de promoção, vigilância, assistência, reabilitação e produção e comunicação de informações, e resultem em produção de tecnologias de intervenção em problemas prioritários em cada território.

Visite o *site* da SVS
www.saude.gov.br/svs

Disque Notifica
0800-644-6645
notifica@saude.gov.br



OBRIGADO !

CGSAT

cosat@saude.gov.br

PISAST

www.saude.gov.br/svs/pisast



SVS
Secretaria de
Vigilância em Saúde

Ministério da
Saúde

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA